



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Notas explicativas às demonstrações contábeis SJAC - 2022

As Demonstrações Contábeis da Seção Judiciária do Estado do Acre são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei n. 200/1967, do Decreto 93.872/1986 e da Lei Complementar 101/2000. São observadas, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8.ª edição e o Manual do Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço patrimonial (BP);
- II. Demonstração das variações patrimoniais (DVP);
- III. Balanço orçamentário (BO);
- IV. Balanço financeiro (BF);
- V. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC); e,
- VI. Notas explicativas.

Considerando que o objetivo principal das DCONs é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio e contribuir na prestação de contas da gestão orçamentária e financeira realizada no período em referência, os usuários podem encontrar informações sobre a situação patrimonial, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do órgão.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da UG por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal da 1.ª Região. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Para tanto, a setorial contábil adota padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Conselho da Justiça Federal. O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do Siafi é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada pelo SAD-NUCAF, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Siafi, Macrofunção 02.03.15 - Conformidade Contábil. O procedimento visa a assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes do Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira, no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

#### Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

O item “Caixa e equivalentes de caixa” compreende o somatório dos valores disponíveis a título de limite de saque da conta única, bem como em bancos, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Nos recursos oriundos da conta única do Tesouro Nacional, diferenciam-se os valores já comprometidos com ordens de pagamento emitidas no exercício (restos a pagar processados) daqueles ainda não vinculados a obrigação específica. Há, ainda, os valores em demais contas na Caixa Econômica Federal, representativos de depósitos de terceiros, dados em garantia contratual na modalidade caução, nos termos do inciso I, § 1.º, art. 56 da Lei 8.666/93.

Conforme evidenciado na tabela a seguir, as disponibilidades tiveram aumento de 209,20%, em comparação com as disponibilidades de 2021.

Tabela 1 – Disponibilidades financeiras

	2022	2021	AH%	AV %
Limite de saque com vinculação de pagamento – OFSS	1.877.521,67	501.130,65	274,66	99,22
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento – OFSS	10.279,04	110.871,76	90,73	0,54
Demais contas - Caixa Econômica Federal	4.503,45 -			0,24
<b>Total</b>	<b>1.892.304,16</b>	<b>612.002,41</b>	<b>209,2</b>	<b>100</b>

Fonte Siafi

Conforme detalhamento, os recursos disponíveis na conta de limite de saque e demais contas foram no montante de R\$ 1.892.304,16, destina-se ao pagamento das obrigações pendentes em empenhos a liquidar e à quitação de depósitos de terceiros. Já os recursos na mesma conta, no subgrupo ordem de pagamento, referem-se a pagamentos já realizados e autorizados, porém não efetivados em ordens bancárias ainda no exercício de 2022, ou seja, o total foi inscrito em restos a pagar processados.

A movimentação de recursos oriundos da Conta Única do Tesouro Nacional observa o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.05.

#### Nota 2 - Créditos a curto e longo prazo

Os créditos de curto e longo prazo representam os adiantamentos de despesa de pessoal, créditos a receber de pessoal e créditos a receber por cessão de áreas públicas.

Tabela 2 – Créditos a receber de curto prazo

<b>Crédito de curto prazo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>	<b>AV(%)</b>
13 Salário - Adiantamento	58.513,64	28.478,67	105,46	27,20
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	15.120,08	25.732,02	-41,24	7,03
Adiantamento Auxílio-Alimentação	131.299,72			61,04
Cred a rec por cessão de áreas públicas	2.535,95			1,18
Crédito a receber de acerto financeiro c/ servidor/ex servidor.	7.619,91	8.882,27	-14,21	3,54
<b>Total</b>	<b>215.089,30</b>	<b>63.092,96</b>	<b>240,91</b>	<b>100,00</b>

Fonte Siafi

Conforme demonstrado o adiantamento auxílio-alimentação representa a maioria dos créditos a receber, representando 61,04% dos créditos a receber de curto prazo. O valor refere-se a despesas de auxílio-alimentação pagas na folha de dezembro, de competência janeiro de 2023.

Também houve adiantamento de 13º salário e Férias pagamento antecipado de servidores com período aquisitivo de Janeiro de 2023.

Conforme a Resolução CJF 221, de 19 de dezembro de 2012, o servidor pode requerer o pagamento antecipado da remuneração líquida mensal do período de férias, quando usufrui o primeiro período de férias, ocorrendo a compensação em duas parcelas. Os valores serão baixados em 2023, pela compensação do adiantamento concedido.

O Crédito a receber de acerto financeiro com servidor/ex-servidor houve redução de 14,21% em comparação ao exercício de 2021, em decorrência de valores devolvidos por meu de GRU em 2022.

### Tabela 3 – Créditos a receber de longo prazo

<b>Crédito de longo prazo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Demais Créditos e Valores	139,32	-
<b>Total</b>	<b>139,32</b>	

Fonte Siafi

O crédito a receber longo prazo, refere-se a valores a receber por cessão de áreas públicas, com vencimento após o exercício seguinte. Os valores previstos em contratos de cessão de uso pendentes de recebimento por meio de GRU são registrados na conta de créditos a receber. Os valores a receber após 31/12 do exercício seguinte, o registro ocorre na conta de crédito de longo prazo.

### Nota 3 – Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo, que compreende o preço de compra e demais gastos de aquisição. Na saída do estoque, os valores são baixados calculando-se a média ponderada dos preços de aquisição. Os bens de consumo adquiridos ou produzidos destinam-se ao consumo e manutenção das atividades das unidades administrativas.

### Tabela 4 – Bens no almoxarifado

	<b>2022</b>	<b>AH(%)</b>
Gêneros de alimentação	12.655,22	2,11
Material químico	5.791,50	0,97
Material de expediente	80.930,51	13,50
Material de tic - material de consumo	98.190,94	16,38
Material de acondicionamento e embalagem	19.405,95	3,24
Material de copa e cozinha	6.821,60	1,14
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	61.775,90	10,31
Material p/ manutenção de bens moveis	69.306,66	11,56
Material elétrico e eletrônico	224.860,87	37,52
Material de proteção e segurança	10.169,37	1,70
Material para comunicações	4.384,69	0,73
Material de sinalização visual e outros	597,8	0,10
Bandeiras, flâmulas e insígnias	4.434,90	0,74
<b>Total</b>	<b>599.325,91</b>	<b>100,00</b>

Fonte Siafi

Os itens Material elétrico e eletrônico representa 37,52% do total do almoxarifado e Material de tic - material de consumo e Material de Expediente, com percentuais de 16,38% e 13,50% respectivamente.

### Nota 4 – Imobilizado

O Imobilizado da Seção Judiciária do Acre é composto de Bens Móveis e Bens Imóveis, conforme demonstrado na Tabela:

### Tabela 5 – Bens móveis e imóveis

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Bens Móveis	31.537.092,83	29.827.202,29
Bens Móveis	4.018.364,93	4.373.759,56
Bens Móveis	8.713.560,43	8.609.131,23
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-4.695.195,50	-4.235.371,67
Bens Imóveis	27.518.727,90	25.453.442,73
Bens Imóveis	28.348.612,41	26.501.685,44
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-829.884,51	-1.048.242,71

Fonte: Siafi

### Bens móveis

O Sistema utilizado para controle dos bens na Seção Judiciária do Acre, bem como todo o TRF1 é o Sicam, onde são realizados os controle das movimentações de material permanente, bem

como a geração de termos de responsabilidade e demais controles.

A depreciação dos bens móveis é realizada de acordo com as Normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O cálculo da depreciação são gerados automaticamente no sistema SICAM, utilizando o método das quotas constantes, e registrados mensalmente no SIAFI pelo setor de material e patrimônio - Semap, com o devido acompanhamento da contabilidade da Seccional. No decorrer do exercício é realizado o acompanhamento das contas de Bens Móveis, por meio de análise do RMB em comparação com os saldos registrados no SIAFI e quando necessário solicitado os devidos ajustes no mês de dezembro não houve necessidade de ajustes uma vez que os saldos SIAFI e Sicam apresentam conformidade.

**Tabela 6 - Bens móveis**

	2022	2021	AV(%)
Aparelhos de medição e orientação	17.845,03	12.360,03	0,20
Aparelhos e equipamentos de comunicacao	154.864,23	139.796,23	1,78
Equipam/utensílios médicos,odonto,lab e hosp	17.012,35	17.012,35	0,20
Equipamento de proteção, segurança e socorro	366.289,14	350.909,14	4,20
Maquinas e equipamentos energéticos	259.022,55	256.313,99	2,97
Maquinas e equipamentos gráficos	1.911,80	1.911,80	0,02
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	219,85	219,85	0,00
Equipamentos de manobras e patrulhamento	6.500,00	6.500,00	0,07
Equipamentos hidráulicos e elétricos	25.899,00	19.929,00	0,30
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	161.348,96	158.904,72	1,85
Equip de tecnologia da infor e comunicação/tic	3.860.898,13	3.628.156,80	44,31
Aparelhos e utensílios domésticos	102.204,41	87.709,41	1,17
Maquinas e utensílios de escritório	85.108,34	85.108,34	0,98
Mobiliário em geral	2.358.228,37	2.280.670,37	27,06
Coleções e materiais bibliográficos	106.829,53	106.305,24	1,23
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	509.594,66	508.539,88	5,85
Obras de arte e pecas para exposição	8.818,01	8.818,01	0,10
Veículos de tração mecânica	663.294,00	932.294,00	7,61
Armamentos	3.200,04	3.200,04	0,04
Pecas nao incorporaveis a imoveis	4.472,03	4.472,03	0,05
<b>Total</b>	<b>8.713.560,43</b>	<b>8.609.131,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI

Os bens móveis com maior representatividade são os de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação – TIC 44,31%, mobiliário em geral 27,06% E veículos de tração mecânica com 7,61%.

**Tabela 7 - Bens Imóveis**

	2022	2021	AH(%)	AV(%)
Edifícios	25.569.439,55	25.569.439,55	0,00	92,92
Obras em andamento		111.186,96	-100,00	0,00
Instalações	1.815.653,81			6,60
Benfeitorias em propriedade de terceiros	963.519,05	821.058,93	17,35	3,50
<b>Total bruto</b>	<b>28.348.612,41</b>	<b>26.501.685,44</b>	<b>6,97</b>	
Depreciação acumulada - bens imóveis	-6.652,41	-324.805,12	-97,95	-0,02
Amortização acumulada - bens imóveis	-823.232,10	-723.437,59	13,79	-2,99
<b>Total Líquido</b>	<b>27.518.727,90</b>	<b>25.453.442,73</b>		<b>100,00</b>

Fonte SIAFI

Os Bens Imóveis representado pelas contas: Edifícios, sendo que R\$ 23.781.659,99 refere-se ao Edifício Sede da Seção Judiciária do Acre (Imóvel Próprio), e R\$ 1.787.779,56 refere-se ao Edifício da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul (Imóveis de Terceiros - Cedido, Instalações de Sistema de Energia Fotovoltaica (contrato em execução) e Benfeitoria no edifício-sede da Subseção da Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC.

A Amortização das Benfeitorias em Imóveis de Terceiros vem sendo realizada mensalmente de acordo as Normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

**Tabela 8 – Imóveis**

Unidade	Proprietário	N. Rip Imóvel SPIUnet	N. Rip Utilização SPIUnet / SIAFI	Permissionário /Cessão de Uso	Valor do Imóvel	Valor da Utilização
SJAC – Edifício Sede	UNIÃO	0139 00266.500-1	0139 00173.500-6	Justiça federal		R\$ 22.811.784,97
			0139 00544.500-2	OAB-AC		R\$ 120.919,62
			0139 00545.500-8	Empresa e. Magalhães lima – Restaurante	R\$ 23.781.660,00	R\$ 629.788,77
			0139 00546.500-3	Caixa econômica federal – cef		R\$ 209.090,08
SSJ-CZS	TJ/AC	0107 00195.500-8	0139 00549.500-0	Banco do Brasil		R\$ 10.076,55
			0107 00196.500-3	SSJ/CZU	R\$ 1.787.779,56	R\$ 1.787.779,56
					<b>R\$ 25.569.439,56</b>	<b>R\$ 25.629.439,55</b>

Fonte SIAFI

## Nota 5 – Intangível

O ativo intangível é composto integralmente de softwares, segregados em softwares com vida útil definida e softwares com vida útil indefinida, conforme tabela.

**Tabela 9 - Softwares**

	2022	2021	AH(%)	AV(%)
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	66.293,28	18.800,00	252,62	52,37
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	60.293,90	56.664,70	6,40	47,63

<b>TOTAL</b>	<b>126.587,18</b>	<b>75.464,70</b>	<b>67,74</b>	<b>100,00</b>
--------------	-------------------	------------------	--------------	---------------

Fonte Siafi

Os softwares de vida útil definida foram regularmente amortizados de acordo com o período de vigência dos contratos de direito de uso.

## Nota 6 – Passivo circulante

O Passivo Circulante é composto basicamente pelos passivos de pessoal, Fornecedores a pagar e Provisões, segregados nos indicadores de superávit F – Financeiro e P – Permanente, relativos a obrigações financeiras liquidadas e em liquidação, bem como aquelas para as quais não havia orçamento no encerramento do exercício. Nesse grupo, estão incluídos, ainda, os depósitos e cauções, que são numerários de terceiros, dados em garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I, do art. 56, da Lei 8.666/1993, que são devolvidos ao fim da vigência do contrato.

**Tabela 10 – Passivo exigível**

<b>PASSIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.082.394,10</b>	<b>2.885.377,86</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.719.496,54	2.725.323,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	53.826,96	126.579,18
Provisões a Curto Prazo	303.000,00	15.344,12
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.070,60	18.131,36

As provisões são valores estimados para as despesas médicas que serão cobradas em 2023, considerando que há um lapso entre a prestação de serviços e o faturamento. A área responsável estima a despesa, quando cobradas, as despesas são pagas como despesas de exercícios anteriores.

## Nota 7 – Atos potenciais ativos

Os atos potenciais ativos é basicamente composto pelas garantias contratuais recebidas, nos termos dos incisos II (seguro garantia) e III (fiança bancária), art. 56, da Lei 8.666/1993. Essas garantias observam o prazo de vigência expresso nos instrumentos e são baixadas do Siafi após esse prazo.

Também estão incluídas as coberturas contratadas em seguros veículos para indenização na hipótese de ocorrência de sinistros.

**Tabela 11 – Garantias recebidas – por tipo**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>	<b>AV(%)</b>
Apólices de seguros	1.771.162,00	1.220.085,00	45,17	83,93
Seguro garantia	339.116,73	57.003,45	494,91	16,07
<b>Total</b>	<b>2.110.278,73</b>	<b>1.277.088,45</b>	<b>65,24139186</b>	<b>100,00</b>

## Nota 8 – Atos potenciais passivos

Os saldos dos itens que compõem os atos potenciais passivos são os contratos em vigor com parcelas pendentes de pagamento.

Os direitos contratuais a executar compreendem os valores a pagar, conforme registros efetuados em contas de controle, nos contratos celebrados pelo JFAC, visando ao fornecimento de bens e prestação de serviços.

**Tabela 12 – Contratos em execução**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>	<b>AV(%)</b>
Contratos de serviços	2.781.753,41	2.036.991,53	36,56	70,93
Contratos de fornecimento de bens	1.140.134,14	210.425,02	441,82	29,07
Contrato de alugueis		18.800,00	-100,00	
	<b>3.921.887,55</b>	<b>2.266.216,55</b>	<b>73,06</b>	<b>100,00</b>

As obrigações contratuais pendentes em 31/12/2022, estão compostas conforme tabela a seguir:

**Tabela 13 – Principais contratos em execução em 2022 – serviços e fornecimento de bens**

<b>Contratados</b>	<b>objeto</b>	<b>2022</b>	<b>AV(%)</b>
Serviço de água e esgoto de rio branco	Abastecimento de água e/ou esgotamento	282.066,92	10,14
Gold service vigilância e segurança - eireli	vigilância armada SSJ-CZS	51.113,67	1,84
Energisa acre - distribuidora de energia s.a	Energia elétrica	89.609,97	3,22
Rafael s. Silva	conservação e limpeza	106.493,06	3,83
Fbx - serviços de segurança ltda	Vgilância armada	223.553,66	8,04
Construmatos construções e terraplanagem ltda	Apoio administrativo SSJ-CZS	567.986,47	20,42
Construmatos construções e terraplanagem ltda	Apoio administrativo	565.452,21	20,33
Energize soluções de energia ltda	Sistema de geração de energia solar fotovoltaica	454.142,21	16,33
Empresa brasileira de correios e telégrafos	Serviços do Correios	113.865,78	4,09
Demais contratos		327.469,46	11,77
<b>Total</b>		<b>2.781.753,41</b>	<b>100,00</b>

## Nota 09 - Transferências financeiras recebidas e concedidas

O quadro apresenta as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas decorrentes de transferências financeiras recebidas e concedidas.

**Tabela 14 - Transferências e Delegações Recebidas**

	Recebidas	Concedidas	Saldo líquido
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>64.637.031,75</b>	<b>1.361.695,66</b>	<b>63.275.336,09</b>
Transferências Intragovernamentais	64.545.355,45	1.114.598,54	63.430.756,91
Outras Transferências e Delegações Recebidas	91.676,30	247.097,12	-155.420,82

### Nota 10 – Pessoal e encargos, encargos, benefícios previdenciários e assistenciais

As variações patrimoniais diminutivas referentes à despesa sob o aspecto patrimonial nos subitens de pessoal representam os pagamentos efetuados a servidores ativos do Regime Próprio de Previdência Social, incluindo os benefícios concedidos a servidores, as sentenças judiciais, aposentadorias, pensões civis e os ressarcimentos aos órgãos de origem de servidores requisitados com ônus.

**Tabela 15 – Pessoal e encargos patronais**

	2022	2021	AH(%)	AV(%)
Remuneração a Pessoal	34.811.679,38	33.144.369,99	5,03	62,87
Encargos Patronais	7.443.139,88	7.451.885,01	0,12	13,44
Benefícios a Pessoal	2.068.662,44	2.234.959,57	7,44	3,74
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	979.068,15	912.323,94	7,32	1,77
Aposentadorias e Reformas	8.033.259,14	7.820.919,44	2,72	14,51
Pensões	1.882.840,05	1.733.336,65	8,63	3,40
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	152.269,40	83.139,67	83,15	0,27
<b>Total</b>	<b>55.370.918,44</b>	<b>53.380.934,27</b>	<b>3,73</b>	<b>100,00</b>

As despesas com Remuneração de Pessoal teve um aumento de 5,03% em comparação a 2021. Representando 62,87% do total de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistências.

### Nota 11 – Resultado Patrimonial

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando provável a existência de benefícios econômicos ou potencial de serviços em favor das unidades, mensuráveis confiavelmente, implicando no recebimento de recursos ou incorporação de ativos.

As VPDs são reconhecidas quando é provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos.

**Tabela 16 – Variações patrimoniais aumentativas e Variações patrimoniais diminutivas**

	2022	2021	AH(%)
Variações patrimoniais aumentativas	65.657.742,44	76.483.492,47	-14,15
Variações patrimoniais diminutivas	64.177.698,65	62.105.091,1	3,34
<b>Resultado patrimonial do período</b>	<b>1.480.043,79</b>	<b>14.378.401,37</b>	

O resultado patrimonial do exercício de 2022 foi positivo de R\$ 1.480.043,79, demonstrando que as variações patrimoniais aumentativas superaram as variações patrimoniais diminutivas.

Houve redução das variações aumentativas em 14,15% em relação ao exercício de 2021, enquanto que as variações diminutivas houve acréscimo de 3,34% em comparação com o ano anterior.

A Redução das variações aumentativa em 14,15% em comparação a 2021, explica-se ao fato que em 2021 houve reavaliação de ativos (Imóvel sede da Justiça) tendo apresentado uma valorização significativa do bem.

### Nota 12 – Receitas

Não há registro de receitas no Balanço Orçamentário da SJAC, haja vista a metodologia adotada na elaboração do demonstrativo, a partir de contas contábeis não utilizadas nas UGs arrecadoras.

Os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

### Nota 13 - Despesas

No exercício de 2022 as Despesas Orçamentárias Empenhadas totalizaram R\$ 65.010.029,20, houve uma redução de 7,31% em comparação o exercício de 2021, uma vez que o valor empenhado foi de R\$ 60.581.362,59.

Houve um aumento significativo 810,86% com investimento, em decorrência da contratação de empresa para Instalação de sistema de energia fotovoltaica no Prédio sede da Justiça Federal do Acre.

**Tabela 17 – Despesas empenhadas**

Despesas empenhadas	2022	2021	AH(%)	AV(%)
Pessoal e encargos	51.316.252,85	51.478.630,23	-0,32	78,94
Outras despesas correntes	9.937.132,80	8.690.303,98	14,35	15,29

Investimentos	3.756.643,55	412.428,38	810,86	5,78
<b>Total</b>	<b>65.010.029,20</b>	<b>60.581.362,59</b>	<b>7,31</b>	<b>100,00</b>

#### Nota 14 - Gastos com Suprimento de Fundos

Não houve gastos com suprimento de fundos no decorrer do exercício de 2022.

#### Nota 15 – Restos a pagar

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de obras, serviços ou bens objeto de determinada contratação. A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto. O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar, sendo então classificados como: restos a pagar processados e não processados. Nos não processados, incluem-se os empenhos em liquidação, que são aqueles em que já ocorreu o fato gerador, porém a Administração ainda efetivou o devido ateste para a respectiva liquidação.

Os restos a pagar processados se referem a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Incluem-se nos restos a pagar processados os valores de ordens de pagamento geradas no último dia útil de dezembro cujas ordens bancárias foram geradas somente em janeiro do exercício seguinte, consoante calendário de emissão de ordens bancárias da Secretaria do Tesouro Nacional e funcionamento das instituições bancárias. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas mas ainda não liquidadas e consequentemente, não pagas até o final do exercício.

A execução dos restos a pagar por esta Seccional em 2022 está representada na quadro abaixo, houve execução de R\$ 472.110,06 e cancelamento de R\$ 56.900,02 não houve valores Reinscritos em Restos Pagar não processados.

Segue abaixo tabela contendo resumo da execução dos restos a pagar em 2022.

**Tabela 18 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

Execução dos Restos a Pagar Não Processados					
Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
-	537.045,28	472.110,06	471.888,87	56.900,02	8.256,39

#### Nota 16 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A apuração do resultado financeiro é possível ser identificado no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Verifica-se que o resultado financeiro de 2022 foi positivo em R\$ 1.280.301,75, considerando que os Ingressos (Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários) somaram R\$ 68.090.252,81 os Dispêndios (Despesas Orçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários) somaram R\$ 66.809.951,06.

**Tabela 19 – Ingressos e Dispêndios**

INGRESSOS	2022	2021	AH(%)	AV(%)
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>64.545.355,45</b>	<b>60.658.048,19</b>	<b>6,41</b>	<b>93,95</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	64.365.029,21	60.485.838,00	6,41	93,69
Sub-repasse Recebido	64.365.029,21	60.485.838,00	6,41	93,69
Independentes da Execução Orçamentária	180.326,24	172.210,19	4,71	0,26
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	176.544,99	166.094,05	6,29	0,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.781,25	6.116,14	-38,18	0,01
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>3.544.897,36</b>	<b>1.488.317,08</b>	<b>138,18</b>	<b>5,16</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	36.607,94	152.404,24	-75,98	0,05
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.439.472,48	537.045,28	354,24	3,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	64.433,66	1.100,00	5.757,61	0,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.004.383,28	797.767,56	25,90	1,46
Arrecadação de Outra Unidade	1.004.383,28	797.767,56	25,90	1,46
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>612.002,41</b>	<b>484.610,17</b>	<b>26,29</b>	<b>0,89</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	612.002,41	484.610,17	26,29	0,89
<b>TOTAL</b>	<b>68.702.255,22</b>	<b>62.630.975,44</b>	<b>9,69</b>	<b>100,00</b>

DISPÊNDIOS	2022	2021	AH(%)	AV(%)
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>65.010.029,20</b>	<b>60.581.362,59</b>	<b>7,31</b>	<b>94,63</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>55.093.930,01</b>	<b>48.707.957,39</b>	<b>13,11</b>	<b>80,19</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>9.916.099,19</b>	<b>11.873.405,20</b>	<b>-16,48</b>	<b>14,43</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.319.149,10	-100,00	
Previdência Social (RPPS)	9.916.099,19	9.554.256,10	3,79	14,43
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.114.598,54</b>	<b>821.828,65</b>	<b>35,62</b>	<b>1,62</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	8.286,84	17.944,95	-53,82	0,01
Sub-repasse Concedido	8.286,84	16.449,52	-49,62	0,01
Sub-repasse Devolvido		1.495,43	-100,00	
Independentes da Execução Orçamentária	1.106.311,70	803.883,70	37,62	1,61
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	98.147,17		100,00	0,14
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.008.164,53	803.883,70	25,41	1,47
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>685.323,32</b>	<b>615.781,79</b>	<b>11,29</b>	<b>1,00</b>

Pagamento dos Restos a Pagar Processados	152.404,24	100.458,18	51,71	0,22
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	471.888,87	515.323,61	-8,43	0,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	61.030,21	-	100,00	0,09
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>1.892.304,16</b>	<b>612.002,41</b>	<b>209,20</b>	<b>2,75</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.892.304,16	612.002,41	209,20	2,75
<b>TOTAL</b>	<b>68.702.255,22</b>	<b>62.630.975,44</b>	<b>9,69</b>	<b>100,00</b>

As Transferências Financeiras Recebidas, os sub-repasses Recebidos do Tribunal, fechou com o montante de R\$ 64.365.029,21, representam significativamente 93,69% dos Ingressos em 2022, em comparação ao exercício de 2021 teve um acréscimo de 6,41%.

Os Recebimentos Extraorçamentários registrados no Balanço Financeiro atingiram o valor de R\$ 3.544.897,36, correspondendo a 5,16% do total de Ingressos. As Despesas Orçamentárias registradas no Balanço Financeiro 2022, atingiram o montante de R\$ 65.010.029,20, com o percentual de 94,63%, correspondendo quase que a totalidade dos Dispêndios.

Os pagamentos Extraorçamentários registradas no Balanço Financeiro atingiram o montante de R\$ 685.323,32 correspondendo a 1,00% do total de Dispêndios. O pagamento de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 471.888,87 apresenta um redução de -8,43% em relação o exercício de 2021.

## Nota 17 – Outros ingressos operacionais e geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

A DFC demonstra o fluxo de caixa, permitindo identificar se, em um dado período, o resultado do caixa da empresa foi positivo ou negativo. A avaliação do resultado subsidia decisão dos administradores no sentido de adotar medidas tempestivas para corrigir possíveis desequilíbrios nesse caixa ou identificar a ocorrência de erros e fraudes.

### Tabela 20 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – formação

	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.763.869,70</b>	<b>227.521,38</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-2.483.567,95</b>	<b>-100.129,14</b>
<b>Total</b>	<b>1.280.301,75</b>	<b>127.392,24</b>

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

A geração líquida de caixa foi superavitária em R\$ 1.280.301,75, observando-se ingressos de caixa em volume superior as saídas.

## Nota 18 – Ajuste de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem o item dos resultados acumulados do balanço patrimonial, que também é composto pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. As importâncias apresentadas no demonstrativo encontram-se compatíveis com aquelas apresentadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

A conta de ajuste de exercícios anteriores registra os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercício anteriores ocorridos em 2022 estão expostos na tabela:

### Tabela 21 – Tipos de ajustes do patrimônio líquido

	Débitos	Créditos	Total
Incorporação de passivos	-897.927,74		-897.927,74
Baixa de passivos		1.691,12	1.691,12
Ajuste de Depreciação Acumulada Bens Imóveis		324.790,43	324.790,43
<b>Total</b>	<b>-897.927,74</b>	<b>326.481,55</b>	<b>-571.446,19</b>

## Nota 29 - Apuração de Danos ao Erário

Não houve adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário no exercício de 2022, conforme informações PA 0000158-40.2023.4.01.8001, SJAC-SEMAP 17343589, SJAC-SESUD-DIREF 17344315 e SJAC-SESUD-SECAD 17361053.

SONIA FREITAS MARINHO CARDOSO  
Analista Judiciária, Área Apoio Especializado, Especialidade Contadoria  
CRC-AC 001555/O-9

Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC - www.trf1.jus.br/sjac/  
0000215-58.2023.4.01.8001 17359929v14

Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC - www.trf1.jus.br/sjac/

0000215-58.2023.4.01.8001

17666577v12